

MICROCRÉDITO, INCLUSÃO FINANCEIRA E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DO CASO ITAÚ UNIBANCO

MICROCREDIT, FINANCIAL INCLUSION AND WOMEN'S ECONOMIC AUTONOMY: AN INSTITUTIONAL ANALYSIS BASED ON THE ITAÚ UNIBANCO CASE

Alberto Granzotto

Bacharel em Administração

Doutor em Administração

Departamento de Administração Antônio Meneguetti Faculdade (AMF), Estr. Recanto

Maestro, 338, Restinga Seca - RS, 95010-001

betorgufsm@gmail.com

Gleyma Lima

Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo

MBA em Gestão Financeira

Universidade de São Paulo, R. da Reitoria, 374 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-220

gleyma.lima@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa analisa a relação entre microcrédito, inclusão financeira e autonomia econômica feminina, a partir do exame das estratégias institucionais do Itaú Unibanco voltadas ao empreendedorismo de mulheres de baixa renda. O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, combinando revisão bibliográfica com estudo de caso baseado em análise documental de relatórios e materiais institucionais. Os resultados indicam que o microcrédito, no contexto analisado, está inserido em uma estratégia mais ampla que articula crédito, capacitação, redes de apoio e suporte institucional. Observa-se que essas iniciativas são apresentadas como instrumentos de fortalecimento econômico e inclusão produtiva feminina, embora a literatura e os dados analisados apontem que seus efeitos dependem de condições sociais, institucionais e de gênero específicas. O estudo contribui ao evidenciar o caráter multifacetado do microcrédito, destacando a importância de abordagens que considerem suas limitações e mediações, em vez de pressupor impactos automáticos sobre autonomia econômica e redução da pobreza.

Palavras-chave: microcrédito; empreendedorismo feminino; inclusão financeira; desigualdade.

Abstract

This study analyzes the relationship between microcredit, financial inclusion, and women's economic autonomy through the examination of institutional strategies developed by Itaú Unibanco aimed at supporting low-income female entrepreneurship. The research adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach, combining a literature review with a case study based on documentary analysis of institutional reports and materials. The findings indicate that, in the analyzed context, microcredit is embedded in a broader

strategy that integrates credit provision with training, networking, and institutional support. These initiatives are presented as mechanisms for strengthening women's economic participation and productive inclusion. However, both the literature and the analyzed data suggest that their effects depend on specific social, institutional, and gender-related conditions. The study highlights the multifaceted nature of microcredit and emphasizes the importance of considering its limitations and mediating factors, rather than assuming automatic impacts on economic autonomy and poverty reduction.

Keywords: microcredit; female entrepreneurship; financial inclusion; inequality.

1. INTRODUÇÃO

O microcrédito tem ocupado lugar relevante no debate sobre inclusão financeira, redução da pobreza e fortalecimento de pequenos empreendimentos, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas persistentes. No caso das mulheres de baixa renda, esse debate adquire contornos ainda mais específicos, uma vez que o acesso a recursos financeiros, associado a oportunidades de geração de renda, pode representar importante via de ampliação da autonomia econômica e de inserção produtiva. Ao mesmo tempo, a literatura também indica que os efeitos do microcrédito não são automáticos nem homogêneos, pois dependem de condições institucionais, sociais e culturais que interferem na sustentabilidade dos empreendimentos e na trajetória das mulheres beneficiárias.

No contexto brasileiro, observa-se participação expressiva de mulheres na busca por crédito orientado ao pequeno negócio, frequentemente associada à necessidade de complementar a renda familiar, superar barreiras de acesso ao mercado formal de trabalho e viabilizar iniciativas empreendedoras próprias. Nesse cenário, o microcrédito tem sido apresentado tanto como instrumento de apoio econômico quanto como mecanismo de inclusão financeira e fortalecimento da capacidade produtiva de grupos socialmente vulneráveis. Entretanto, compreender em que medida tais programas efetivamente contribuem para a independência financeira feminina exige cautela analítica, sobretudo porque essa relação envolve fatores que ultrapassam a simples oferta de crédito, como capacitação, redes de apoio, condições de mercado e desigualdades de gênero historicamente estruturadas.

A literatura sobre microfinanças registra experiências históricas importantes, desde iniciativas cooperativistas no século XIX até a consolidação do Grameen Bank, em Bangladesh, referência internacional na difusão do microcrédito. A partir dessas experiências, o acesso ao crédito passou a ser compreendido como uma possibilidade de ampliação das capacidades econômicas de populações excluídas do sistema bancário tradicional. Ainda assim, abordagens contemporâneas têm ressaltado que o microcrédito, por si só, não garante empoderamento nem autonomia sustentável, sendo necessário considerar seus limites, ambiguidades e condicionantes institucionais.

Com base nesse debate, o presente artigo analisa, a partir do contexto institucional do Itaú Unibanco, a relação entre microcrédito, inclusão financeira e autonomia econômica de mulheres de baixa renda, tomando como referência suas iniciativas voltadas ao empreendedorismo feminino. Mais especificamente, o estudo busca examinar como pro-

gramas e ações institucionais associados ao microcrédito são apresentados como instrumentos de fortalecimento econômico e inclusão produtiva feminina, bem como discutir os limites dessa proposta à luz da literatura especializada.

Diante disso, o artigo é orientado pelas seguintes perguntas de pesquisa: em que medida os programas de microcrédito são apresentados como instrumentos capazes de contribuir para a autonomia econômica de mulheres de baixa renda? Quais mecanismos institucionais, para além da concessão de crédito, aparecem como mediadores desse processo no caso analisado? Parte-se da proposição de que o potencial do microcrédito para favorecer a autonomia econômica feminina está condicionado não apenas ao acesso ao recurso financeiro, mas também à articulação com estratégias complementares, como capacitação, orientação gerencial e ampliação de redes de apoio.

Assim, o artigo procura discutir os principais conceitos relacionados ao microcrédito e ao empreendedorismo feminino, articulando a revisão da literatura ao estudo de caso do Itaú Unibanco, com o objetivo de contribuir para a compreensão das possibilidades e dos limites do microcrédito como instrumento de inclusão financeira e fortalecimento da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade.

2. MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

As microfinanças abrangem um conjunto de serviços financeiros voltados a populações de baixa renda, incluindo crédito, poupança, seguros e outros instrumentos adaptados a segmentos historicamente excluídos do mercado bancário formal. Nesse campo mais amplo, o objetivo é ampliar o acesso a recursos financeiros e criar condições para a manutenção ou expansão de atividades econômicas de pequena escala, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e exclusão financeira.

O microcrédito, por sua vez, constitui uma modalidade específica no campo das microfinanças, voltada à oferta de empréstimos de pequeno valor para pessoas de baixa renda e pequenos empreendedores que, em geral, enfrentam dificuldades de acesso ao sistema financeiro convencional. Mais do que disponibilizar recursos monetários, essa modalidade busca viabilizar atividades produtivas de pequena escala, seja por meio da aquisição de matéria-prima, equipamentos ou capital de giro, seja pelo fortalecimento de iniciativas econômicas voltadas à geração de renda.

Nesse sentido, o microcrédito passou a ocupar posição relevante nos debates sobre inclusão financeira, combate à pobreza e desenvolvimento local. De acordo com Goulart e Neto (2012), trata-se de uma expressão das microfinanças centrada no fortalecimento de atividades produtivas, o que evidencia que o acesso ao crédito, de forma isolada, nem sempre é suficiente para promover mudanças econômicas sustentáveis, dependendo também de apoio institucional complementar e de condições concretas de inserção produtiva.

Embora sua consolidação contemporânea tenha ocorrido sobretudo na segunda metade do século XX, experiências precursoras são identificadas ainda no século XIX, como o cooperativismo de crédito Raiffeisen, na Alemanha, em 1846, e, posteriormente, a experiência canadense de Gabriel Alphonse Desjardins, em Quebec, no início do século XX, com a criação da Caisse Populaire de Lévis (LEROUX, 2012). Tais iniciativas buscavam ampliar o acesso ao crédito em contextos marcados por restrições econômicas

e exclusão financeira, antecipando princípios que mais tarde seriam retomados pelos programas de microfinanças.

No entanto, foi a partir da experiência de Muhammad Yunus, em Bangladesh, na década de 1970, que o microcrédito ganhou maior visibilidade internacional. Ao observar a dependência de trabalhadores pobres em relação a agiotas locais, Yunus passou a defender o crédito de pequena escala como estratégia de enfrentamento da pobreza (YUNUS, 2010). Segundo Tometich et al. (2013), a criação do Grameen Bank, em 1974, consolidou os fundamentos do microcrédito em seus moldes atuais, tornando-se referência mundial no debate sobre finanças inclusivas.

No caso das mulheres, o debate sobre microcrédito adquire relevância particular devido às desigualdades de gênero que historicamente condicionam o acesso à renda, ao patrimônio, à formalização econômica e aos serviços financeiros. Horta et al., (2014) argumentam que programas de microcrédito voltados à equidade de gênero podem contribuir para ampliar a participação feminina em atividades produtivas e para reconfigurar, ao menos parcialmente, relações de dependência econômica no espaço doméstico. Ainda assim, essa relação não deve ser tratada de forma automática, uma vez que os efeitos do crédito sobre autonomia e empoderamento são mediados por fatores como escolaridade, redes de apoio, divisão do trabalho, conhecimento financeiro e oportunidades reais de mercado.

No Brasil, a trajetória das mulheres no sistema financeiro foi historicamente marcada por restrições legais e institucionais, o que ajuda a compreender por que o acesso ao crédito permanece atravessado por obstáculos formais e informais. Embora avanços importantes tenham ocorrido, especialmente nas últimas décadas, mulheres de baixa renda ainda enfrentam barreiras adicionais para iniciar ou expandir seus negócios, seja pela ausência de garantias, pela baixa familiaridade com instrumentos financeiros, seja pela insuficiência de redes de apoio. Nesse contexto, programas públicos e privados de microcrédito têm sido apresentados como alternativas de inclusão financeira e produtiva.

Dados recentes reforçam tanto o potencial quanto os limites desse processo. O Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital) (Governo Federal, 2022) aponta aumento de renda entre beneficiários, com crescimento de 21% para mulheres e 19% para homens. Por outro lado, informações do Instituto Rede Mulher Empreendedora mostram que uma parcela expressiva das mulheres ainda não busca crédito formal, recorrendo com mais frequência a empréstimos informais, limites de cartão ou crédito pessoal. Esses dados sugerem que a ampliação do acesso ao microcrédito deve ser analisada em conjunto com fatores de confiança, informação, adequação das políticas e condições concretas de uso do recurso.

2.1 Microfinanças e Microcrédito no Brasil

No contexto brasileiro, essa discussão adquire especial relevância diante da persistência de barreiras de acesso ao sistema financeiro formal. A exclusão bancária não se restringe à ausência física de agências ou serviços em determinadas localidades, mas também se expressa na indisponibilidade de produtos adequados às condições socioeconômicas da população de baixa renda. Crocco, Santos e Figueiredo (2013) observaram uma relação significativa entre pobreza e exclusão bancária, indicando que a limitação do acesso ao mercado de crédito constitui um dos fatores que restringem a capacidade

de organização econômica de grupos socialmente vulneráveis. Nessa perspectiva, a inclusão financeira deve ser compreendida não apenas como ampliação da bancarização, mas como acesso efetivo a instrumentos compatíveis com a realidade dos usuários.

No Brasil, a consolidação do microcrédito ocorreu de forma gradual, articulando experiências locais, iniciativas do terceiro setor e marcos regulatórios específicos. Entre as experiências pioneiras, destaca-se a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), criada em 1973, no Recife, como associação civil sem fins lucrativos voltada à concessão de crédito e à capacitação de pequenos empreendedores. Posteriormente, outras iniciativas ampliaram esse campo de atuação, como o Banco Palmas, em Fortaleza, que se tornou referência nacional em finanças solidárias e desenvolvimento local. No plano institucional, o fortalecimento do microcrédito no país foi impulsionado por medidas como a regulamentação das organizações da sociedade civil de interesse público e, sobretudo, pela Lei n.º 11.110/2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), posteriormente reformulado por novos dispositivos legais (BRASIL, 2005).

O PNMPO representa um marco importante na política pública de inclusão produtiva no Brasil, ao direcionar crédito para microempreendedores formais e informais de pequeno porte e associar a concessão do recurso à orientação e ao acompanhamento. Essa característica é particularmente relevante porque parte da literatura tem destacado que os efeitos do microcrédito não dependem apenas da liberação do empréstimo, mas também de fatores como capacitação, assessoria, informação, conhecimento de mercado e adequação do modelo às condições concretas do empreendimento. Nessa direção, Oliveira et al., (2023) argumentam que o microcrédito produtivo orientado se estrutura como política pública de geração de trabalho e renda articulada à orientação empresarial, enquanto Nascimento, Marques e Rego (2023) destacam que autonomia decisória, apoio familiar, redes, treinamento e adequação do modelo de microcrédito às necessidades das mulheres empreendedoras são fatores que condicionam melhores resultados.

Ainda assim, o debate sobre microcrédito no Brasil não deve ser conduzido em termos exclusivamente celebratórios. Embora essas políticas sejam frequentemente apresentadas como instrumentos de combate à pobreza, geração de renda e inclusão financeira, a literatura mostra que seus efeitos variam conforme o contexto social, territorial e institucional em que são implementadas. Nascimento, Marques e Rego (2023) observam que, quanto maior a pobreza do contexto, menos eficaz tende a ser a política de microcrédito para melhorar as condições de vida das mulheres empreendedoras, o que reforça a necessidade de considerar as especificidades socioterritoriais do público atendido.

Em sentido semelhante, Arouri e Cuong (2020) mostram que a literatura empírica apresenta resultados heterogêneos, havendo estudos que identificam efeitos positivos sobre trabalho, renda e participação econômica feminina, mas também pesquisas que não encontram impactos significativos sobre bem-estar e empoderamento, o que impede assumir uma relação automática entre acesso ao crédito e autonomia econômica sustentável. No caso das modalidades mais recentes, Kandie e Islam (2022) assinalam que o microcrédito digital também não deve ser tomado, de forma imediata, como instrumento eficaz de redução da pobreza, já que custo do empréstimo, desenho institucional, prazo e finalidade do uso do recurso interferem diretamente nos resultados obtidos.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando se observa a participação feminina nesse campo. As mulheres figuram com frequência entre os principais públicos das políticas de microcrédito, tanto em razão de sua presença em empreendimentos de pequena escala quanto pelas dificuldades historicamente enfrentadas no acesso à renda, ao patrimônio, à formalização econômica e aos serviços financeiros. No entanto, reduzir a importância do microcrédito para as mulheres à simples ampliação da renda seria insuficiente.

A literatura crítica tem mostrado que o empoderamento não pode ser compreendido apenas como um resultado individual e financeiro, pois envolve também relações de poder, reconhecimento social, redes de sociabilidade, capacidade de decisão e negociação de papéis de gênero. De modo convergente, Nascimento, Marques e Rego (2023) assinalam que a experiência das mulheres com o microcrédito é atravessada por fatores como autonomia na tomada de decisão, apoio familiar, inserção em redes e adequação territorial dos programas, indicando que a análise do empoderamento feminino exige uma abordagem que ultrapasse a dimensão estritamente financeira.

2.2 Microcrédito em instituições financeiras

A consolidação do microcrédito no Brasil também ocorreu por meio de sua incorporação progressiva por diferentes instituições financeiras e programas de apoio ao pequeno empreendimento. A partir da década de 1990, observa-se a ampliação de iniciativas voltadas à oferta de crédito para populações de baixa renda, tanto por meio de bancos públicos quanto por programas vinculados a fundos de apoio ao empreendedorismo popular. Nesse processo, o microcrédito deixou de se restringir a experiências isoladas do terceiro setor e passou a integrar estratégias mais amplas de inclusão financeira e desenvolvimento local.

Entre as experiências pioneiras, destaca-se a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), criada em 1973, que articulava concessão de crédito e capacitação de pequenos empreendedores com apoio de organização internacional especializada em microcrédito. Apesar de sua relevância histórica, a iniciativa enfrentou dificuldades de sustentabilidade financeira e foi posteriormente descontinuada, o que evidencia os desafios de manutenção desses programas quando não há base institucional e financeira suficientemente estável (VEAUVY, 2011).

Ao longo das décadas seguintes, outras experiências contribuíram para a difusão do microcrédito no país. O Banco da Mulher da Bahia, inaugurado em 1989, constituiu uma iniciativa relevante inicialmente voltada ao público feminino, ainda que posteriormente tenha ampliado seu atendimento para outros perfis de clientes (MOREIRA, 2016). Já o CrediAmigo, criado pelo Banco do Nordeste em 1998, consolidou-se como uma das experiências mais expressivas de microcrédito produtivo no Brasil, voltada a empreendedores de baixa renda da região Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Seu destaque decorre não apenas da oferta de crédito, mas também da articulação com metodologias de acompanhamento e orientação ao tomador (CUNHA; JUNIOR, 2022).

No âmbito estadual, programas como o Banco do Povo também evidenciam a presença do setor público na oferta de microcrédito. Segundo Goulart e Neto (2012), esse tipo de iniciativa combina juros mais acessíveis e maior flexibilidade de pagamento com

suporte técnico, assessoria e capacitação aos empreendedores, buscando fortalecer pequenos negócios e estimular o desenvolvimento econômico local. Tais experiências demonstram que, no caso brasileiro, o microcrédito institucionalizado frequentemente ultrapassa a mera disponibilização de recursos financeiros, incorporando mecanismos de apoio ao uso produtivo do crédito.

Além das instituições públicas e programas específicos, bancos privados e grandes instituições financeiras também passaram a incorporar operações de microcrédito em suas estratégias de atuação. Geraldo (2004) destaca que instituições como Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil desenvolveram mecanismos próprios para ampliar o alcance de serviços financeiros junto à população de baixa renda, por meio de canais como Banco Postal, Caixa Aqui e Banco Popular do Brasil. Essa diversidade de arranjos mostra que o microcrédito no Brasil não se desenvolveu a partir de um modelo único, mas por meio de diferentes formatos institucionais, com graus variados de capilaridade, acompanhamento e compromisso com a inclusão produtiva.

Contudo, a ampliação da oferta institucional de microcrédito não elimina, por si só, os desafios relacionados à efetividade dessas políticas. A literatura tem mostrado que a existência de diferentes modelos operacionais, públicos e privados, exige considerar não apenas a expansão quantitativa do crédito, mas também as condições concretas de acesso, os mecanismos de orientação, a adequação das linhas oferecidas ao perfil dos empreendimentos e a capacidade desses programas de responder às necessidades de grupos socialmente vulneráveis.

2.3 Microcrédito para as mulheres

A inserção das mulheres nas políticas de microcrédito precisa ser compreendida em articulação com desigualdades históricas no acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e aos serviços financeiros. Embora a participação feminina em atividades produtivas tenha se ampliado ao longo do tempo, a divisão do trabalho continuou atribuindo às mulheres responsabilidades desproporcionais no espaço doméstico e familiar, o que repercute em suas trajetórias econômicas e em suas possibilidades de inserção autônoma no mercado. Nesse sentido, a relação entre microcrédito e mulheres não pode ser analisada apenas como questão de acesso financeiro, mas como parte de um conjunto mais amplo de relações sociais e de gênero que condicionam as oportunidades econômicas femininas.

Nas últimas décadas, as mulheres passaram a ocupar posição central nas políticas e programas de microcrédito, tanto em países em desenvolvimento quanto em economias emergentes. Esse direcionamento se apoia, em parte, na percepção de que mulheres de baixa renda tendem a investir de maneira mais intensa no bem-estar familiar e a apresentar elevada adesão aos programas, mas também decorre do reconhecimento de que elas enfrentam obstáculos específicos para acessar o crédito convencional, formalizar negócios e ampliar sua autonomia econômica. No caso brasileiro, Oliveira et al., (2023) observam que cerca de 70% do público tradicional do microcrédito produtivo orientado é composto por mulheres que, em muitos casos, conciliam geração de renda com responsabilidades familiares e inserção precária no mercado de trabalho.

Entretanto, a centralidade das mulheres nessas políticas não autoriza uma leitura automática segundo a qual o acesso ao microcrédito produziria, por si só, empoderamento. Parte importante da literatura tem mostrado que os resultados são heterogêneos e dependem das condições sociais, institucionais e territoriais em que o crédito é ofertado e utilizado. Arouri e Cuong (2020), ao analisarem o caso egípcio, indicam que há estudos que identificam efeitos positivos do microcrédito sobre o envolvimento feminino em atividades econômicas e sobre a redução de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, mas também há evidências empíricas que não confirmam impactos significativos sobre bem-estar e empoderamento, o que exige cautela diante de formulações excessivamente otimistas.

Essa cautela é reforçada por abordagens críticas que problematizam a própria noção de empoderamento feminino associada ao microcrédito. No contexto mexicano, Worthen (2012) argumenta que o empoderamento não deve ser reduzido a um estado individual de autoconfiança ou à simples ampliação da renda, mas precisa ser analisado em relação a estruturas mais amplas de poder, desigualdade e governança, especialmente em cenários marcados por reformas neoliberais e pela redefinição das responsabilidades entre Estado, mercado e famílias. Na mesma direção, Haider (2023) observa que o debate sobre microcrédito e mulheres frequentemente se organiza em torno de duas posições polares, emancipação ou opressão, sem considerar adequadamente os saberes e experiências das próprias mulheres, o que tende a reproduzir hierarquias de conhecimento e simplificações analíticas sobre suas trajetórias.

A literatura também sugere que os efeitos do microcrédito sobre a vida das mulheres são mediados por elementos que ultrapassam a relação estritamente financeira. Nascimento, Marques e Rego (2023) mostram que a eficácia do microcrédito em diferentes contextos socioterritoriais depende de fatores como autonomia na tomada de decisões, apoio da família, desenvolvimento de redes, acesso a treinamento, conhecimento de mercado e adequação dos modelos de crédito às necessidades reais dos negócios femininos. Esse conjunto de fatores indica que a análise do microcrédito para mulheres deve considerar dimensões relacionais, territoriais e institucionais, e não apenas indicadores de concessão de crédito ou aumento de renda.

Além disso, a literatura crítica mostra que o microcrédito pode também produzir tensões e efeitos ambíguos. Moodie (2008), ao estudar a experiência de grupos de microcrédito em Rajasthan, aponta que essas iniciativas não podem ser avaliadas apenas por sua capacidade de elevar renda ou “empoderar” mulheres em sentido abstrato, pois também se articulam a dinâmicas locais de poder, redes sociais, conflitos e formas específicas de negociação da vida cotidiana.

Dessa forma, discutir microcrédito para as mulheres exige superar leituras lineares que associam crédito a emancipação de forma imediata. O acesso a recursos financeiros pode representar uma condição importante para ampliar margens de ação econômica, mas seus efeitos sobre autonomia, reconhecimento, poder decisório e transformação das relações de gênero dependem de mediações sociais e institucionais complexas. Por isso, o empoderamento feminino, no contexto do microcrédito, deve ser compreendido como processo multidimensional, atravessado por renda, trabalho, redes de apoio, normas de gênero, divisão do trabalho doméstico e oportunidades concretas de inserção econômica.

Por fim, destaca-se que a literatura contemporânea tem se afastado de interpretações exclusivamente positivas do microcrédito, evidenciando seus efeitos ambíguos e,

em alguns contextos, limitados, especialmente no que se refere à sustentabilidade dos empreendimentos, ao risco de endividamento e à reprodução de desigualdades estruturais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, buscando compreender a relação entre microcrédito e autonomia econômica feminina a partir de um contexto institucional específico. Segundo Gil (2019), pesquisas descritivas têm como objetivo analisar características de determinado fenômeno ou população, enquanto estudos exploratórios visam proporcionar maior familiaridade com o problema, especialmente em áreas ainda marcadas por lacunas teóricas ou empíricas.

A adoção da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno em sua complexidade, considerando dimensões sociais, institucionais e de gênero que não podem ser plenamente captadas por meio de análises exclusivamente quantitativas. Nesse sentido, a pesquisa busca interpretar o microcrédito não apenas como instrumento financeiro, mas como prática social inserida em contextos específicos de atuação, alinhando-se à perspectiva de análise contextual proposta por Yin (2015).

A estratégia metodológica adotada combina revisão bibliográfica e estudo de caso único, de natureza descritiva e exploratória, permitindo articular fundamentos teóricos com a análise empírica de uma experiência concreta. Essa integração possibilita examinar o fenômeno sob diferentes perspectivas, caracterizando uma triangulação de fontes entre literatura acadêmica e dados institucionais.

A unidade de análise do estudo consiste nas estratégias e programas institucionais do Itaú Unibanco relacionados ao microcrédito e ao apoio ao empreendedorismo feminino. O foco recai sobre iniciativas como o Itaú Microcrédito e o programa Itaú Mulher Empreendedora (IME), bem como sobre outras ações complementares de capacitação, aceleração e suporte ao desenvolvimento de negócios liderados por mulheres.

A escolha dessa unidade de análise justifica-se pelo objetivo da pesquisa de compreender como o microcrédito, no contexto institucional de uma grande instituição financeira, é estruturado e operacionalizado como instrumento de inclusão financeira e promoção da autonomia econômica feminina. Dessa forma, o estudo não se concentra na análise direta das beneficiárias individuais, mas na forma como as políticas, programas e práticas institucionais são concebidas e implementadas.

A coleta de dados baseou-se em fontes secundárias, especialmente documentos institucionais do Itaú Unibanco, incluindo relatórios anuais, relatórios ESG, materiais de apresentação de programas e conteúdos disponibilizados publicamente pela instituição (ITAÚ, 2018, 2022). Também foram analisados materiais descritivos das iniciativas voltadas ao microcrédito e ao empreendedorismo feminino, como o programa Itaú Mulher Empreendedora (IME), que apresentam informações sobre estrutura, objetivos, público-alvo e indicadores de alcance. Os documentos analisados referem-se ao período recente de atuação da instituição, com ênfase em materiais publicados entre 2018 e 2024.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise documental de natureza qualitativa, com aproximação à análise de conteúdo, buscando identificar padrões, estra-

tégias institucionais e dimensões de atuação do Itaú Unibanco no apoio ao empreendedorismo feminino. As informações extraídas dos documentos foram interpretadas à luz do referencial teórico, permitindo estabelecer relações entre as práticas institucionais e os debates acadêmicos sobre microcrédito, inclusão financeira e empoderamento feminino.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos resultados é organizada em subseções que buscam interpretar, de forma articulada, as estratégias institucionais do Itaú Unibanco no campo do microcrédito e do apoio ao empreendedorismo feminino. Inicialmente, examina-se a estrutura do microcrédito ofertado e suas condições de acesso, destacando seus potenciais como instrumento de inclusão financeira. Em seguida, são analisadas as iniciativas complementares ao crédito, como capacitação, mentorias e ações de apoio ao desenvolvimento dos negócios, entendidas como elementos mediadores do fortalecimento econômico. Posteriormente, discute-se o foco nas mulheres e a forma como o empoderamento feminino é construído no âmbito das políticas institucionais. Por fim, são explorados os limites e tensões dessas iniciativas, considerando as evidências empíricas disponíveis e os debates críticos presentes na literatura, de modo a evitar interpretações lineares sobre os efeitos do microcrédito.

4.1 Estrutura do microcrédito e acesso ao crédito

O microcrédito oferecido pelo Itaú Unibanco apresenta características típicas das modalidades voltadas a microempreendedores de baixa renda, incluindo valores iniciais reduzidos, possibilidade de ampliação progressiva do crédito e prazos estendidos para pagamento. Os dados institucionais indicam que os empréstimos variam entre R\$ 600,00 e R\$ 10.000,00 na primeira operação, podendo ser ampliados conforme o histórico do cliente, com prazos de até 36 meses e taxas de juros entre 2% e 4% ao mês. A concessão do crédito está condicionada à análise de um agente, o que evidencia a presença de mecanismos de avaliação individualizados, mesmo em uma política voltada à inclusão financeira.

Do ponto de vista institucional, essas características são apresentadas como estratégias para ampliar o acesso ao crédito por parte de empreendedores tradicionalmente excluídos do sistema bancário formal. Esse desenho dialoga com a literatura sobre microfinanças, que aponta a flexibilização das exigências de crédito e a adaptação dos produtos financeiros como elementos centrais para inclusão de públicos de baixa renda (GOULART; NETO, 2012).

Entretanto, a análise dos dados disponíveis não permite estabelecer, de forma direta, uma relação causal entre o acesso ao microcrédito e a melhoria das condições econômicas dos beneficiários. As informações institucionais concentram-se na descrição das condições de oferta e no perfil dos clientes, sem apresentar indicadores sistemáticos de desempenho econômico, como crescimento de renda, sobrevivência dos empreendimentos ou expansão dos negócios. Nesse sentido, os dados analisados indicam o potencial de inclusão financeira associado ao microcrédito, mas não permitem avaliar seus efeitos concretos sobre a autonomia econômica dos participantes.

4.2 Iniciativas complementares ao crédito: capacitação, redes e suporte institucional

A análise dos dados institucionais evidencia que a estratégia do Itaú Unibanco não se restringe à oferta de crédito, incorporando um conjunto de iniciativas complementares voltadas à capacitação, aceleração de negócios e fortalecimento de redes de apoio. Programas como o Itaú Mulher Empreendedora (IME), as trilhas de aprendizagem, mentorias e ações de networking indicam uma abordagem ampliada do microcrédito, na qual o financiamento é articulado a mecanismos de suporte técnico e gerencial. Essa configuração sugere que a instituição reconhece que o crédito, isoladamente, pode ser insuficiente para promover resultados econômicos sustentáveis.

Os dados institucionais também indicam a amplitude dessas iniciativas. Informações divulgadas pelo Itaú Unibanco apontam que o programa Itaú Mulher Empreendedora já impactou aproximadamente 900 mil mulheres, além de reunir uma comunidade com mais de 30 mil participantes e disponibilizar centenas de conteúdos formativos, com milhões de acessos em suas plataformas digitais. Dados adicionais indicam mais de 2 milhões de acessos às plataformas do programa ao longo de sua trajetória, bem como a oferta de mais de 200 conteúdos voltados à capacitação empreendedora.

Além do alcance, os dados institucionais destacam dimensões específicas de atuação, como a ampliação do conhecimento em gestão, o fortalecimento de redes de relacionamento e o apoio à aceleração de negócios liderados por mulheres. Nesse sentido, o programa estrutura-se a partir de três eixos principais: conexão, inspiração e capacitação, que buscam, respectivamente, expandir redes de contato, oferecer referências de liderança e aprimorar competências gerenciais. Esses elementos sugerem uma tentativa de atuar não apenas sobre o acesso a recursos financeiros, mas também sobre fatores considerados relevantes para o desenvolvimento dos empreendimentos.

Essa evidência institucional dialoga diretamente com a literatura, que tem destacado que os efeitos do microcrédito dependem de fatores adicionais à concessão do recurso financeiro. Conforme apontam Nascimento, Marques e Rego (2023), a eficácia do microcrédito está associada a elementos como acesso a treinamento, desenvolvimento de redes, conhecimento de mercado e apoio institucional, os quais contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos femininos. Nesse sentido, as iniciativas observadas no caso analisado convergem com a perspectiva de que o microcrédito deve ser compreendido como parte de um ecossistema mais amplo de apoio ao empreendedorismo.

Além disso, a presença de ações voltadas à construção de redes e ao compartilhamento de experiências entre empreendedoras aproxima-se de interpretações que entendem o microcrédito como prática social, e não apenas econômica. Moodie (2008), ao analisar grupos de microcrédito na Índia, argumenta que esses espaços funcionam como plataformas de interação, nas quais circulam não apenas recursos financeiros, mas também informações, experiências e formas de negociação social. De maneira semelhante, as iniciativas de networking e mentorias identificadas no contexto do Itaú podem ser interpretadas como mecanismos que ampliam o capital social das participantes, contribuindo para sua inserção em circuitos econômicos e sociais mais amplos.

No entanto, a literatura também indica que a presença de iniciativas de capacitação e suporte institucional não garante, por si só, resultados homogêneos entre diferentes contextos e públicos. Kandie e Islam (2022) mostram que os efeitos de modalidades contemporâneas de microcrédito variam conforme fatores como custos, condições de uso e características dos empreendimentos. De forma semelhante, Haider (2023) chama atenção para o papel das narrativas institucionais na construção de interpretações sobre o microcrédito, destacando que essas podem não captar plenamente a complexidade das experiências vividas pelas mulheres.

Nesse sentido, a análise das iniciativas complementares ao crédito, a partir dos dados institucionais disponíveis, reforça a necessidade de compreender o microcrédito como parte de um conjunto mais amplo de estratégias, cujos significados e implicações devem ser analisados à luz de contextos sociais, institucionais e de gênero específicos.

4.3 Empreendedorismo feminino e a construção institucional do empoderamento

A análise dos dados institucionais evidencia que as iniciativas do Itaú Unibanco voltadas ao empreendedorismo feminino estão estruturadas a partir de uma narrativa que associa o microcrédito e as ações de apoio ao fortalecimento da autonomia econômica das mulheres. Programas como o Itaú Mulher Empreendedora (IME) são apresentados como instrumentos capazes de impulsionar o crescimento de negócios liderados por mulheres, ampliar sua inserção econômica e fortalecer suas capacidades de gestão, liderança e tomada de decisão.

Essa construção institucional do empoderamento feminino está alinhada a uma tendência observada em políticas de microcrédito em diferentes contextos, nas quais as mulheres são posicionadas como agentes centrais do desenvolvimento econômico e social. Conforme discutido na literatura, essa centralidade se sustenta tanto na maior participação feminina em empreendimentos de pequena escala quanto na percepção de que mulheres tendem a reinvestir recursos no bem-estar familiar e comunitário (NASCI-MENTO; MARQUES; REGO, 2023).

Os dados institucionais também permitem observar como essa proposta é operacionalizada por meio de diferentes formatos de intervenção. Iniciativas como cursos de capacitação via aplicativos de mensagens, programas estruturados de formação em gestão, ações voltadas à liderança feminina e programas de mentoria individual indicam a diversificação das estratégias adotadas pela instituição. Essas ações abrangem conteúdos relacionados à organização financeira, marketing, planejamento e desenvolvimento de competências gerenciais, além de promoverem a interação com especialistas e outros empreendedores.

Dados institucionais também indicam resultados associados à participação em programas como o IME, incluindo aumento de 11% no faturamento entre participantes em comparação a grupos de controle. Ainda que tais informações sejam relevantes para compreender a forma como a instituição apresenta seus resultados, elas devem ser interpretadas com cautela, considerando a natureza dos dados e os limites metodológicos envolvidos.

No entanto, os próprios dados institucionais analisados indicam a persistência de desafios estruturais que atravessam a trajetória das mulheres empreendedoras. Informa-

ções disponibilizadas pela instituição apontam que mulheres apresentam rendimento médio inferior ao dos homens, enfrentam múltiplas jornadas de trabalho e relatam dificuldades na construção e manutenção de redes de relacionamento. Além disso, observa-se que a participação feminina diminui à medida que aumenta o porte das empresas, sugerindo a existência de barreiras à expansão dos negócios liderados por mulheres.

Esses elementos aproximam-se das discussões presentes na literatura, que indicam que o empoderamento feminino não pode ser compreendido apenas a partir do acesso a recursos financeiros ou da participação em atividades produtivas. No contexto mexicano, Worthen (2012) argumenta que o empoderamento deve ser analisado em relação a estruturas mais amplas de poder e desigualdade, evitando interpretações que o reduzam a um processo individual de melhoria econômica. De forma semelhante, Haider (2023) destaca que as narrativas sobre microcrédito frequentemente simplificam a experiência das mulheres ao enquadrá-las em categorias como emancipação ou vulnerabilidade, desconsiderando a complexidade de suas trajetórias.

Além disso, a literatura evidencia que fatores como divisão desigual do trabalho doméstico, acesso limitado a redes de apoio e restrições institucionais influenciam diretamente as possibilidades de desenvolvimento dos empreendimentos femininos. Nesse sentido, os desafios identificados nos dados institucionais reforçam a compreensão de que a atuação das mulheres no empreendedorismo ocorre em contextos marcados por desigualdades persistentes, que não são automaticamente superadas pela inserção em programas de microcrédito.

Dessa forma, a análise sugere que as iniciativas institucionais voltadas ao empreendedorismo feminino operam em um campo tensionado entre, de um lado, a promoção de oportunidades econômicas e, de outro, a permanência de condicionantes estruturais que limitam a ampliação dessas oportunidades. Isso reforça a necessidade de compreender o empoderamento feminino como um processo multidimensional, que envolve não apenas acesso ao crédito e capacitação, mas também transformações nas relações sociais, nas redes de apoio e nas condições concretas de inserção econômica.

4.4 Limitações da análise e implicações dos resultados

A análise realizada apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, os dados utilizados possuem natureza predominantemente documental, sendo provenientes de relatórios institucionais, materiais de divulgação e conteúdos produzidos pelo próprio Itaú Unibanco. Embora essas fontes permitam compreender a estrutura, os objetivos e as estratégias dos programas analisados, elas tendem a enfatizar aspectos positivos e resultados agregados, não oferecendo informações detalhadas sobre trajetórias individuais, dinâmicas locais ou eventuais insucessos das iniciativas.

Além disso, a ausência de dados primários e de indicadores sistemáticos de desempenho econômico, como evolução de renda, taxa de sobrevivência dos empreendimentos ou expansão dos negócios, limita a possibilidade de aprofundar a análise sobre os desdobramentos concretos das ações institucionais. Dessa forma, os resultados apresentados devem ser compreendidos como uma análise das estratégias e diretrizes institucionais, e não como uma avaliação de impacto em sentido estrito.

Outra limitação refere-se à impossibilidade de estabelecer comparações entre diferentes grupos de beneficiários, como participantes e não participantes dos programas, o que restringe análises mais robustas sobre diferenças de desempenho ou resultados associados às iniciativas. Esse aspecto é particularmente relevante em estudos sobre microcrédito, nos quais a literatura tem destacado a importância de abordagens comparativas e métodos mais rigorosos para avaliação de efeitos socioeconômicos.

Apesar dessas limitações, o estudo oferece contribuições relevantes ao evidenciar como uma grande instituição financeira estrutura e comunica suas estratégias no campo do microcrédito e do empreendedorismo feminino. A análise permite identificar a centralidade atribuída às mulheres nessas políticas, bem como a incorporação de elementos não financeiros, como capacitação, redes de apoio e suporte gerencial, como parte das iniciativas institucionais.

Nesse sentido, os resultados indicam que o microcrédito, no contexto analisado, é apresentado como parte de um conjunto mais amplo de ações voltadas à inclusão financeira e ao fortalecimento do empreendedorismo feminino. Ao mesmo tempo, a articulação entre dados institucionais e literatura especializada evidencia que essas estratégias se desenvolvem em um campo marcado por tensões, no qual convivem iniciativas de promoção econômica e condicionantes estruturais que influenciam as trajetórias das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre microcrédito, inclusão financeira e autonomia econômica feminina, a partir do exame das estratégias institucionais do Itaú Unibanco voltadas ao empreendedorismo de mulheres de baixa renda. A partir da articulação entre revisão bibliográfica e análise documental, buscou-se compreender como o microcrédito é estruturado, operacionalizado e apresentado como instrumento de apoio à inserção econômica feminina.

Os resultados evidenciam que, no caso analisado, o microcrédito é incorporado a uma estratégia institucional mais ampla, que combina a oferta de crédito com iniciativas complementares, como capacitação, mentorias, plataformas digitais e fortalecimento de redes de apoio. Essa configuração sugere que a atuação da instituição não se limita à concessão de recursos financeiros, mas envolve a construção de um ecossistema de suporte ao empreendedorismo.

A análise também indica que as iniciativas voltadas às mulheres estão associadas a uma narrativa institucional que relaciona microcrédito, desenvolvimento de negócios e autonomia econômica. No entanto, os próprios dados analisados apontam a presença de desafios persistentes, como desigualdades de rendimento, limitações na expansão dos empreendimentos e barreiras associadas à divisão do trabalho doméstico e ao acesso a redes de apoio.

Esses achados dialogam com a literatura revisada, que destaca o caráter não automático dos efeitos do microcrédito, indicando que seus resultados dependem de fatores sociais, institucionais e territoriais. Nesse sentido, o estudo reforça a compreensão de que o microcrédito, embora relevante como instrumento de inclusão financeira, não deve ser analisado de forma isolada, nem interpretado como solução suficiente para a promoção do empoderamento feminino.

Do ponto de vista metodológico, é importante destacar que os resultados apresentados baseiam-se em dados institucionais e fontes documentais, o que impõe limitações à análise. A ausência de dados primários e de acompanhamento longitudinal impede a verificação direta de impactos socioeconômicos sobre as beneficiárias, bem como a comparação sistemática entre diferentes grupos. Dessa forma, o estudo não pretende avaliar causalmente os efeitos do microcrédito, mas compreender como essas políticas são estruturadas e representadas no contexto analisado.

Assim, os resultados devem ser interpretados como uma análise exploratória e institucional, circunscrita ao caso estudado, não sendo possível generalizar suas conclusões para o conjunto do contexto brasileiro. Ainda assim, o estudo contribui ao evidenciar a importância de considerar dimensões não financeiras, como capacitação, redes e suporte institucional, na análise das políticas de microcrédito voltadas às mulheres.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras avancem na investigação empírica dos efeitos do microcrédito sobre a autonomia econômica feminina, incorporando dados primários, abordagens comparativas e análises longitudinais, de modo a aprofundar a compreensão das condições sob as quais essas iniciativas podem contribuir para trajetórias econômicas mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROURI, Mohamed; CUONG, Nguyen Viet. Does microcredit reduce the gender gap in employment? Evidence from Egypt. *African Development Review*, v. 32, n. 3, p. 111–124, 2020.

BADINTER, Élisabeth. *Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra; Duna Dueto, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 abr. 2005

CRÉDITO para mulheres empreendedoras. SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/credito-para-mulheres-empreendedoras>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CROCCO, Marco A.; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, André. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 33, n. 3, p. 505–526, 2013. DOI: 10.1590/S0101-31572013000300008.

CUNHA JÚNIOR, Paulo et al. Microcrédito e empoderamento feminino: o caso do CrediAmigo no Nordeste. Fortaleza: BNB, 2022. (Artigos Etene).

EMPREENDEDORISMO feminino. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/acesso-ao-credito-impulsiona-empreendedorismo-feminino-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GERALDO, Iara. O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da Blusol. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOULART, Marcelo; NETO, Antônio. A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do Banco do Povo. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 4, n. 2, 2012.

GOVERNO FEDERAL. Simplificação do microcrédito. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/agosto/criado-programa-de-simplificacao-do-microcredito-digital-de-estimulo-ao-empendedorismo-e-formalizacao-de-pequenos-negocios>. Acesso em: 15 out. 2023.

HAIDER, Mostafa. Behind women's emancipation and oppression: contested expertise in global microcredit governance. Australian Feminist Law Journal, v. 49, n. 2, p. 239–265, 2023.

HORTA, José Luiz Gonçalves et al. El microcrédito como estrategia para atenuar la pobreza de las mujeres, ¿cuál pobreza? Estudios Fronterizos, v. 15, n. 30, p. 97–126, 2014.

ITAÚ UNIBANCO. Relatório ESG. 2022. Disponível em: <https://www.italu.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/0f6d20ef-214f-f8e3-7ceb-432350f7e412?origin=2>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ITAÚ UNIBANCO. Relatório integral. 2018. Disponível em: <https://www.italu.com.br/download-file/v2/d/7e52c211-7192-4231-abba-b349721b6a07/3f3ae12c-cb67-48f2-9517-293c6c8e4ab8?origin=2>. Acesso em: 27 ago. 2023.

KANDIE, Daniel; ISLAM, Khan Jahirul. A new era of microfinance: the digital microcredit and its impact on poverty. Journal of International Development, v. 34, n. 3, p. 469–492, 2022.

LEROUX, M. F. Alphonse Desjardins: le pouvoir d'agir. Québec: Les Éditions Dorimène, 2012.

MOODIE, Megan. Enter microcredit: a new culture of women's empowerment in Rajasthan? American Ethnologist, v. 35, n. 3, p. 454–465, 2008.

MOREIRA, Natália. Microcrédito e empoderamento de mulheres: o caso do Banco Popular Crédito Solidário. 2016. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Mônica de Nazaré Corrêa Ferreira; MARQUES, Carla Suzana da Encarnação; REGO, Maria da Conceição Peixe. Microcrédito e empreendedorismo feminino: experiências em diferentes contextos socioterritoriais. *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, v. 14, n. 7, p. 11457–11482, 2023.

OLIVEIRA, Nilcivânia Barbosa; NASCIMENTO, Heverton Barbosa do; CAVALCANTE, Maria Waldilene Sousa; KOHLRAUSCH, Tatiane Betat; CANDIDO, Estelita Lima. Microcrédito como política pública para geração de trabalho e renda. *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 903–912, 2023.

PROGRAMA Mulher Empreendedora. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3614/2/CFL%20-%20Programa%20Mulher%20Empreendedora.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TOMETICH, Patricia et al. O processo de difusão de inovação social: um estudo sobre o microcrédito no Brasil. In: *SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO*, 16., 2013, São Paulo. Trabalhos... São Paulo: FEA/USP, 2013.

VEAUVY, Aline. Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Campinas, Campinas, 2011.

WORTHEN, Holly. Women and microcredit: alternative readings of subjectivity, agency, and gender change in rural Mexico. *Gender, Place & Culture*, v. 19, n. 3, p. 364–381, 2012.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2010.